

Sumário

1. Introdução à tecnologia <i>blockchain</i>.....	13
1.1. Contexto histórico.....	13
1.2. Crise financeira e Bitcoin.....	16
1.3. Princípios de funcionamento da tecnologia <i>blockchain</i> ...	19
1.3.1. <i>Blockchains</i> Permissionadas.....	26
1.3.2. Outras aplicações	28
2. Os pilares da tecnologia.....	31
2.1. Descentralização	32
2.2. Confiança.....	35
2.3. Criptografia.....	39
3. Criptomoedas.....	45
3.1. Evolução histórica	45
3.2. Natureza jurídica das moedas digitais	51
3.3. <i>Stablecoins</i>	59
3.4. Arranjos de Pagamento.....	65
3.4.1. PIX.....	73

4. Regulação.....	75
4.1. No Brasil.....	78
4.1.1. O substitutivo aprovado ao PL 2303/2015	87
4.2. Outros países.....	95
4.3. <i>Sandbox</i>	110
5. Ofertas iniciais de criptomoedas (ICOs) e <i>criptotokens</i>.....	115
5.1. Ofertas Iniciais de Criptomoedas e a “tokenização” de ativos virtuais criptografados.....	115
5.2. A natureza jurídica dos “tokens” decorrentes da <i>Blockchain</i>	120
6. <i>Smart contracts</i>	137
6.1. Natureza objetiva das cláusulas	147
6.2. Utilização necessária de <i>tokens</i>	149
6.3. Autoexecutoriedade	150
7. <i>TOKENS NÃO FUNGÍVEIS (NFTs)</i>.....	155
7.1. Origem.....	155
7.2. Conceito	157
7.3. Características	159
7.4. Correlação com <i>smart contracts</i>	160
7.5. Licenças, termos de uso e contratos	165
8. DeFi e CBDCs.....	171
8.1. Introdução.....	171
8.2. Os Serviços Financeiros Descentralizados (DeFi)	175
8.3. As Moedas Digitais de Bancos Centrais (CBDCs)	183
9. <i>Big data e blockchain</i>	197
9.1. Uma camada de identidade para a internet	206

10. Aspectos tributários.....	213
10.1. Aspectos práticos sobre a declaração e tributação das criptomoedas.....	224
10.1.1. Declaração	224
10.1.2. Tributação.....	231
11. Aspectos penais	239
11.1. Utilização de criptomoedas para a realização de crimes ..	239
11.2. Crimes contra a economia popular	241
11.3. Emitir, oferecer ou negociar, valores mobiliários sem autorização da CVM.....	243
11.4. Evasão de divisas.....	246
11.5. A posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	249
11.5.1. Questões relacionadas à competência para julgamento	251
11.6. Os tipos introduzidos pelo PL 2303/2015.....	253
12. Web 3.0 e Metaverso.....	257
12.1. Contextualização	257
12.2. A Web 3.0	257
12.2.1. Breve evolução histórica	257
12.2.1.1. Diferenciação entre “internet” e “web”	259
12.2.2. As fases da Web.....	260
12.3. O Metaverso.....	265
12.3.1. Contextualização.....	265
12.3.2. Origem e significado do termo.....	266
12.3.2.1. Metaverso e Multiverso	268
12.3.3. Conceito e interações jurídicas	269
12.3.3.1. Identificação e privacidade de dados...	270
12.3.3.2. Comércio Eletrônico	272

12.3.3.3. Relações de trabalho.....	275
12.3.3.4. Entretenimento e propriedade intelectual.....	277
13. Outras reflexões.....	281
13.1. Criptomoedas como substitutas do dinheiro físico.....	281
13.2. Crescimento da importância de criptocorretoras.....	283
13.3. Implantação da tecnologia <i>blockchain</i> por órgãos públicos.....	291
Referências bibliográficas.....	299